

# MATERIALIZAÇÕES DO SAGRADO POLÍTICO: ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DO CULTO IMPERIAL NO *MVNICIPIVM OLISIPONENSE*

## MATERIALIZATIONS OF THE POLITICAL SACRED: CONSIDERATIONS ON THE IMPERIAL CULT IN THE *MUNICIPIUM OLISIPONENSE*\*

Sara Henriques dos Reis

*Universidade de Lisboa*

sarahenriquesreis@gmail.com

**Resumo:** Pretende-se neste artigo atualizar algumas das considerações expostas anteriormente, fruto da descoberta de novas inscrições na área de Lisboa, que vieram complementar os dados previamente estabelecidos no que toca ao culto imperial provincial. A sua implantação e desenvolvimento dependeram estruturalmente de um conjunto de forças dinamizadoras, nomeadamente o imperador, os governadores provinciais e os notáveis municipais. Atendendo a estas circunstâncias, em centros urbanos do litoral, como *Olisipo*, verificaram-se intensas e recorrentes manifestações de culto imperial estreitamente vinculadas aos fenómenos de promoção política, justificando que o ingresso nas instituições religiosas tenha implicado, simultaneamente, uma função sociopolítica para os seus membros e uma função económica para as cidades.

**Palavras-Chave:** *Municipium Olisiponense*; Epigrafia Votiva; Culto Imperial; Homenagens Imperiais; Sacerdotes.

**Abstract:** With this essay we aim to update some of our previous considerations on the subject of provincial imperial cult, due to the discovery of new inscriptions in the Lisbon area which complemented the previously established data on this matter. The implementation and development of this cult structurally depended from a set of driving forces, namely the emperor, the provincial

---

\* Submissão: 19/03/2015; aceitação: 28/07/2016.

Este artigo tem por base, e vem completar, parte da nossa tese de mestrado, Reis (2015). Este ensaio fará, ainda, uso das seguintes abreviaturas, ausentes das normas previstas e referenciadas na bibliografia: *ANRW* – Aufstieg und Niedergang der römischen Welt; *EO* – Epigrafia de Olisipo; *FE* – Ficheiro Epigráfico; *HEp* – Hispania Epigraphica; *ILER* – Inscripciones Latinas de la España Romana; *RAP* – Religiões Antigas de Portugal.

governors and the local aristocracy. Considering these circumstances, in the coastline urban centres, such as *Olisipo*, intense and constant manifestations of imperial cult have been found to be strictly linked to the public promotion phenomena, sustaining that the admission to the religious institutions assumed, simultaneously, a social function to its members and an economical role to the cities.

**Key-Words:** *Municipium Olisiponense*; Votive Epigraphy; Imperial Cult; Imperial Homages; Priests.

## Introdução

*Felicitas Iulia Olisipo*, considerada por Plínio *municipium civium Romanorum*, recebeu um privilegiado estatuto jurídico-administrativo e uma titulação que, porventura, materializaram o “ideário político traçado por Octaviano enquanto único e verdadeiro depositário da herança de Júlio César, entretanto divinizado. Efetivamente, esta nomenclatura enaltecia e divulgava, à escala do império, não só as qualidades e grandeza de carácter do ditador perpétuo mas também, e sobretudo, as do seu herdeiro, agora único detentor da *auctoritas*”<sup>1</sup>. Não obstante a polémica questão acerca do fundador da cidade estar longe de ser consensual<sup>2</sup>, esta verifica uma fundação precoce que justifica a abundância dos vestígios referentes ao culto imperial, que dava agora os primeiros passos. *Olisipo*, uma cidade litoral, cosmopolita, de ampla e documentada ligação com o Mediterrâneo, através do Atlântico, e com a capital provincial, *Emerita Augusta*, por via terrestre, testemunha aceitação fácil da interligação entre a esfera do político e a do sagrado, culminando na grande aderência ao culto imperial.

Para melhor se compreender o culto imperial como motor da nova Religião do Poder afigura-se necessário contemplarem-se as oportunidades oferecidas, quer para o imperador como para as elites locais (ambos beneficiando com a rutura do sistema anterior), pelo novo conjunto de rituais agora posto em prática. Se, por um lado, o imperador adquiriu um conjunto vastíssimo de novas possibilidades, convertendo-se no máximo dirigente político e religioso, este geria um novo e frágil regime que necessitava de legitimação; por outro, os notáveis municipais, ao fazerem uso do culto imperial como meio preferencial para a afirmação do poder nas cidades provinciais, garantiam a sua ascensão social e prestígio a nível local, demonstravam a sua vinculação à ideologia oficial e auxiliavam

---

<sup>1</sup> Faria (2001) 351-52.

<sup>2</sup> Cf. Ribeiro (1994) 76-77; Faria (1995) 91-93; Mantas (2005) 26-28.

na sua difusão e propaganda<sup>3</sup>. Em suma, o culto imperial converteu-se numa ferramenta crucial para a manutenção do fenómeno de promoção social que se materializou sobretudo sob a forma de doações.

### Cultos oficiais. Divindades Augustas

Dentro dos limites da *urbs olisiponensis* destacam-se dois votos dedicados a *Mercurius* sob o epíteto *Augustus*. A primeira consagração é feita por um augustal<sup>4</sup>, cuja leitura e interpretação da identidade do dedicante se revelaram bastante controversas. Se Hübner, Vieira da Silva e Baratta leram *C(aius) Iulius Catulinus*, hoje é preferida a leitura de Cézer Santos, *C(aius) Iulius C(aii) Iulii lib(ertus)*<sup>5</sup>, que melhor se coaduna com o estatuto social inerente ao desempenho do cargo religioso. Nesse contexto, esta dedicatória poderia representar um ato de evergetismo, público e oficial, intrínseco à nomeação para o exercício do cargo.

Quanto ao segundo voto, a identidade do dedicante foi reconstruída *C. Iulius Phi[...]*, com recurso a antigas transcrições e a frágeis vestígios das letras que ainda se conservavam na pedra<sup>6</sup>. O espaço no campo epigráfico permite pensar em *Philon* ou *Phoebus*, *cognomina* de forte cariz orientalizante que, juntamente com a ausência de filiação, apontam para que o dedicante pertencesse à classe dos libertos<sup>7</sup>. No que respeita às razões do voto, ainda que Vieira da Silva tenha lido *Mercur[io p(ro) s(alute)]*<sup>8</sup>, essa motivação não se encontra explícita no texto conservado. Conquanto não fosse caso único o voto a uma divindade ser feito em favor da saúde do imperador, segue-se a proposta de Cézer Santos<sup>9</sup>, mais segura, uma vez que encontra paralelo na inscrição seguinte, reconstituindo-se antes *Mercur[io Aug(usto)]*.

Neste panorama, o cariz oficial e político dos monumentos e a relação da divindade com o culto imperial ficam acentuados pela utilização do epíteto *Augustus*. Parece então plausível que estes ex-votos fossem ambos pedestais destinados a serem expostos num lugar público da cidade e fossem rematados por uma estátua que, no segundo caso, bem se coaduna com o contexto de permissão dada pelo *ordo decurionum*.

<sup>3</sup> Vide as obras de Étienne (1958) e Fishwick (1993).

<sup>4</sup> *CIL* II 181.

<sup>5</sup> *EO* 78. Cf. Silva (1944) 188; Baratta (2001) 54-56; Santos (2011) 534.

<sup>6</sup> *CIL* II 180.

<sup>7</sup> Santos (2011) 534.

<sup>8</sup> *EO* 27. Silva (1944) 124-125.

<sup>9</sup> Santos (2011) 534.

## Cultos oficiais. Casos problemáticos

Não obstante, em muitos casos, a classificação dos votos em públicos ou privados não se afigura tão pacífica, podendo vislumbrar-se por detrás das dedicatórias uma outra atitude, onde sob a “discreta capa de devoção privada”<sup>10</sup> poderão esconder-se motivações políticas “quem sabe onde acaba o oportunismo político e onde começa a verdadeira devoção?”<sup>11</sup> Neste contexto, podem incluir-se duas dedicatórias consagradas a *Apollo* e a *Aesculapius*<sup>12</sup> cujos dedicantes – *M. Iulius Tyrannus* e *M. Afranius Euporio*, respectivamente – se caracterizam por serem *augustales*, identificando-se mediante o uso dos *tria nomina* indicadores de cidadania romana, juntamente com *cognomina* de origem orientalizante sugerindo que se tratassem de libertos ou seus descendentes, quiçá *negotiatores* cujas fortunas assentariam nas atividades mercantis, perspectiva apoiada pelo facto de a segunda inscrição ter sido encontrada perto do criptopórtico<sup>13</sup> da cidade.

Embora as inscrições não indiquem expressamente a motivação do voto, esta pode ter estado relacionada com as funções iátricas das divindades, ambas protetoras por excelência da saúde e do bem-estar, hipótese apoiada pelo facto de a primeira inscrição ter sido descoberta nas proximidades das *Thermae Cassiorum*<sup>14</sup>. Todavia, poderiam estas dedicatórias inserir-se no âmbito do culto imperial? Apresentam-se como argumentos a favor, o facto de os dedicantes desempenharem cargos religiosos – *augustales* – inseridos na hierarquia do culto imperial. No que toca à primeira inscrição, também devemos ter em conta a grande importância atribuída a Apolo pelo imperador Augusto, considerando-se descendente da própria divindade<sup>15</sup>.

Porém, a ausência do epíteto *Augustus* em ambas as inscrições muito contribui para afastar tal hipótese. Ademais, o facto de as doações corresponderem a pedestais, que certamente incluiriam uma estátua, implica a colocação das mesmas num espaço público, porventura no fórum, para o primeiro caso, ou no criptopórtico, para o segundo, circunstância que aponta de imediato para a natureza oficial dos votos,

<sup>10</sup> Encarnação (2004) 203.

<sup>11</sup> Ibid.

<sup>12</sup> *RAP* 237; *CIL* II 175.

<sup>13</sup> Cf. Silva (1944) 217-219; Lambrino (1951) 38-39; Ribeiro (1983b) 9, 18-19; Ribeiro (2002) 438.

<sup>14</sup> *CIL* II 191.

<sup>15</sup> Note-se que Augusto considerou Apolo seu protetor pessoal atribuindo-lhe a vitória do Áccio, dando início a uma nova época mais consentânea com os valores de ordem e harmonia inerentes à divindade. Vide Torri (2006).

embrenhados num cariz político que se materializou num ato de munificência inerente à nomeação para o exercício do cargo.

Todavia, se durante o império várias divindades surgiram associadas ao culto imperial, através do epíteto *Augustus*, um frequente mal-entendido é interpretar sempre esta designação como sinónimo inequívoco de culto imperial, uma vez que na sua forma original constituiu um adjetivo próprio do léxico religioso com a função de evidenciar o carácter intrinsecamente sagrado da divindade. Tenha-se como exemplo o voto consagrado a *Aesculapius Augustus*<sup>16</sup>. Numa primeira análise, o epíteto ostentado insere imediatamente a inscrição no âmbito do culto imperial e, todavia, o restante texto não sustenta tal inclusão, mas aponta antes para que a opção teonímica corresponda a um dos casos em que simplesmente é utilizada para fortalecer o carácter eminentemente sagrado da divindade.

A reforçar esta hipótese, tenha-se em conta o facto de o dedicante *M. Cossutius Macrinus* se identificar como *cultor Larum*, isto é, membro de um *collegium* religioso de carácter funerário, usualmente dirigido por confrades de origem servil ou liberta, encarregues de cultuar os *Lares* familiares. Assim, atendendo ao cariz ctónico de *Aesculapius* e ao mito no qual, como divindade iátrica, teria o poder de ressuscitar os mortos, a sua invocação parece estar aqui associada a uma situação de enfermidade de *Malia* e *Maliolus*, cuja *salus* era preciso salvaguardar<sup>17</sup>.

### Cultos oficiais. Um sincretismo astral

Este fenómeno chegou também ao ponto mais ocidental do Império, nas imediações do Cabo da Roca. Neste âmbito, destaquem-se, em plenos *agri olisiponenses* as inscrições consagradas a *Soli [Lunae O]ceano, Soli et Lunae* e *Soli Aeterno Lunae* provenientes do santuário romano do Alto da Vigia (Colares, Sintra)<sup>18</sup>. Deste conjunto, salienta-se a última inscrição, na qual os astros não foram invocados de *per si*, mas *pro aeternitate imperi et salute imperatoris* – pela perenidade do Império e pela incolumidade do próprio imperador (Septímio Severo) e da família imperial (Caracala, Geta e *Iulia Domina*) – num santuário construído *ab initio* em harmonia com as correntes político-ideológicas: tornar propícia a proteção dos astros de modo a assegurar a eternidade do Império.

É então plausível concluir estar aqui perante uma intencional e prematura forma de sincretismo entre o culto imperial e cultos de cariz astral, imbuído de concepções de carácter cosmológico que permitiam

<sup>16</sup> CIL II 174.

<sup>17</sup> Fernandes (1999) 148-149; Cardim Ribeiro (1983a).

<sup>18</sup> RAP 430a, 431, 432.

com que ali se predissesse o futuro do Império<sup>19</sup>. Aguardam-se pelos resultados dos estudos dos novos achados epigráficos, identificados nas recentes campanhas de intervenção arqueológica levadas a cabo no santuário, confirmando a presença de dedicantes privados num culto em que somente participam altos dignitários que ali representavam os próprios imperadores.

### Cultos oficiais. Virtudes imperiais

A personificação de abstrações religiosas materializada no culto das virtudes imperiais revelou-se uma das principais componentes da política romana, utilizada como veículo de propaganda inerente aos objetivos fundamentais da ideologia oficial<sup>20</sup>. As virtudes imperiais representavam assim o modelo das qualidades essenciais à sobrevivência cultural, política e económica do império, refletindo simultaneamente a imagem pública do imperador, como bom governante<sup>21</sup>.

*Olisipo* oferece-nos, neste âmbito, um importante testemunho da subtil materialização do sagrado político. A inscrição é consagrada a *Libertas Augusta*<sup>22</sup>, virtude ligada ao culto imperial, dedicada pela cidade (que surge pelo nome completo) no séc. II d.C., por dois duúnviros, [*Se*] *x(tus) Iulius Avitus* e *L. Cassius Reburus*<sup>23</sup>.

Uma análise onomástica aos magistrados permitiu identificar dois membros das mais destacadas *gentes* de *Olisipo*. *Sex. Iulius Avitus* poderá relacionar-se com *L. Iulius Avitus*, outro duúnviro identificado nas dedicatórias em homenagem ao imperador Adriano<sup>24</sup> e a sua esposa Sabina Augusta<sup>25</sup>. Não é invulgar que se verifique a repetição de determinados nomes no seio de famílias importantes dentro da mesma cidade, bem atestado no caso da *gens Iulia*, a mais amplamente atestada na Lusitânia<sup>26</sup>. O segundo duúnviro, *L. Cassius Reburus*, pertence à *gens*

---

<sup>19</sup> Vide Guerra, Reis et Teixeira (2015) 204-205; Piso (2008) 160-161, 166; Ribeiro (2007) 595-596; Ribeiro (2002) 235-238; Reis (2015) 35-36.

<sup>20</sup> Vide Fears (1981).

<sup>21</sup> Étienne (1958) 333.

<sup>22</sup> *HEp* 15, 2006, 516. Não obstante em *AE* 2006, 568 se preferir *Liberio Patri* em vez de *Libertas*, solução mais prudente porque apresenta um maior número de paralelos para a *Hispania*. Segue-se a leitura de Guerra (2006) 279-282, que considera a primeira hipótese demasiado longa para o espaço disponível.

<sup>23</sup> *CIL* II 2035. Note-se que na *Hispania* só se conhece outra dedicatória a *Libertas Augusta*, procedente de *Singla Barba*.

<sup>24</sup> *CIL* II 186.

<sup>25</sup> *CIL* II 4992 = 5221.

<sup>26</sup> Guerra (2006) 279-282; Navarro Caballero et Ramírez Sádaba (2013) 197-204.

*Cassia*, também ela particularmente concentrada no município e de especial relevância na cidade, associada à construção das *Thermae Cassiorum*. Ambos os magistrados municipais apresentam uma onomástica tipicamente latina, embora os *cognomina Avitus* e *Reburrus* se apresentem bastante difundidos em contexto indígena.

Estes indivíduos refletem o poder económico das elites olisiponenses que, usufruindo da sua privilegiada posição geográfica, virada para o comércio atlântico, promoveram o culto a uma entidade que geria os destinos do império – *Libertas* qualificada com o epíteto *Augusta* –, demonstrando publicamente a intenção de cultuar em hipóstase uma virtude imperial<sup>27</sup>.

### Homenagens Imperiais. O imperador Augusto

No decorrer do acompanhamento arqueológico de uma obra em Lisboa, foi reencontrado o imponente pedestal de mármore rosado destinado ao templo do fórum municipal, dedicado a *Diuus Augustus*<sup>28</sup>, pouco depois da divinização do imperador em 14 d.C., pelos *augustales C. Arrius Optatus* e *C. Iulius Euthicus*<sup>29</sup>. Ambos se identificam mediante os *tria nomina* romanos, cujos gentilícios remetem para duas das gentes mais proeminentes da cidade. Se o primeiro dedicante ostenta um cognomen de origem latina, *Optatus*, embora muito popular entre escravos, o segundo mostra um de origem orientalizante, *Eutichus*, podendo apontar para o facto de serem ambos libertos de duas das gentes mais proeminentes da cidade.

Esta iniciativa testemunha, por um lado, a vontade da elite local em demonstrar a sua fidelidade ao poder imperial e, por outro, o costume de se atribuir a manumissão aos escravos para aumentar o prestígio da *gens* (sobretudo se conseguissem que os seus antigos escravos fossem eleitos para o colégio dos augustais), e para que, através deles, pudessem realizar negócios que de outra forma lhes estariam interditos<sup>30</sup>.

### Homenagens Imperiais. O imperador Nero

Foram identificadas duas inscrições em *Olisipo* consagradas ao imperador Nero. Através de grandes caracteres muito desgastados, uma

<sup>27</sup> Para melhor entender esta inscrição vide Mantas (1982) 75-76; Almeida (2011) 56-57.

<sup>28</sup> *CIL* II 182.

<sup>29</sup> O rastro deste monumento foi perdido após 1773. Vide Silva (1944) 182-184; Ribeiro (1977) 282; Encarnação et Quinteira (2009) 185-187.

<sup>30</sup> Sobre esta questão, vide infra Excurso A.

delas<sup>31</sup> apenas indica o nome e títulos do imperador, sendo a sua leitura somente admitida por comparação com a outra inscrição<sup>32</sup>. Ademais, note-se que, como destaca José Manuel Garcia<sup>33</sup>, a reconstrução proposta por Hübner tem de ser encarada com as necessárias reservas, uma vez que na pedra não surge qualquer referência explícita a *NERONI*<sup>34</sup>.

Todavia, a primeira inscrição, encontrada em 1798 no teatro romano, foi consagrada a *Neroni Claudio* pelo *augustalis perpetuus C. Heius Primus* quando, em cerca de 57 d.C., financiou a renovação e embelezamento do *proscenium* e da *orchestra* do teatro de *Olisipo*. Se por um lado, o cargo religioso e a omissão da filiação denunciam a sua condição de *libertus*, por outro, uma análise ao gentílico *Heius* aponta para uma origem itálica, pouco difundido no mundo romano mas presente, desde o séc. II a.C., em importantes centros portuários, confirmando que o seu dinamismo sociopolítico resultou da grande riqueza acumulada através de actividades comerciais. Atendendo à relevância de *Olisipo* como lugar de oportunidades para *negotiatores*, a cidade apresenta-se como o ambiente económico propício a proporcionar a fortuna e relevo social ostentados por *C. Heius Primus*.

Este membro dinâmico do grupo dos libertos olisiponenses e sacerdote do culto imperial conseguiu atingir o topo da hierarquia a que a sua origem social lhe permitiria almejar, recebendo a honra máxima que pressupunha prestígio vitalício, ao ser elevado à condição de *augustalis perpetuus*. Por conseguinte, não deverá surpreender que o teatro tenha sido o edifício que escolhera patrocinar, uma vez que estes edifícios se mantiveram associados às cerimónias de culto imperial, pelo que participar na sua construção ou manutenção funcionava como um ato público de mostras de lealdade ao poder imperial<sup>35</sup>.

Atendendo ao facto de a munificência pública consistir “uno de los pilares básicos de la integración de los augustales en la sociedad municipal”<sup>36</sup>, esta inscrição apresenta-se como claro testemunho do empenho dos libertos abastados na estratégia pela qual, sob a forma de pública

---

<sup>31</sup> *CIL* II 184.

<sup>32</sup> *CIL* II 183.

<sup>33</sup> Garcia (1991) 469.

<sup>34</sup> Note-se que alguns autores interpretam de forma diferente a inscrição. Em particular, Stylow exclui o carácter de dedicatória, considerando mais provável a presença da titulação imperial apenas como elemento de datação, propondo a correção de *NERONI* para o ablativo de datação *NERONE*. Stylow (2001) 145 n. 27.

<sup>35</sup> Vide infra excurso B.

<sup>36</sup> Saquete Chamizo (1997) 151.

benemerência, promoviam o culto imperial e, simultaneamente, fomentavam a sua própria autopromoção sociopolítica<sup>37</sup>.

### Homenagens imperiais. O imperador Vespasiano

Do reinado de Vespasiano destacam-se as transformações introduzidas no culto imperial e as renovações empreendidas no quadro administrativo, com a concessão do *ius Latii* a todas as comunidades não privilegiadas da Hispânia. O imperador é homenageado em vida nas três províncias hispânicas: na Lusitânia destaque-se a inscrição de *Olisipo*<sup>38</sup>, onde é cultuado sob o título de *ensor designatus*, não causando qualquer estranheza dado que em *Munigua*, município flávio, surge como *promotor iuris latini*<sup>39</sup>.

A inscrição de Lisboa foi vista pela última vez no jardim do palácio do Visconde da Asseca, por isso, não é possível confirmar a leitura de alguns pontos mais duvidosos na l. 5. De acordo com a leitura de Hübner, correspondia a um pedestal que suportava a estátua do imperador, patrocinada pela cidade de *Olisipo*. Datada da primeira metade do ano de 73 d.C.<sup>40</sup>, atendendo aos cargos desempenhados pelo imperador, nada nos permite supor a razão desta dedicatória, somente que não se relacionaria com a concessão (dada no mesmo ano) do *ius latii*, uma vez que *Felicitas Iulia Olisipo* há muito que já beneficiava desse estatuto.

### Homenagens Imperiais. Matídia Augusta

A cidade também consagrou diversas dedicatórias a membros da casa imperial. É o caso de Matídia, filha do imperador Nerva e sobrinha de Trajano, que recebeu homenagem através de um pedestal de estátua, por intermédio dos duúnviros *Q. Antonius Gallus* e *T. Marcus Marcianus*<sup>41</sup>, pouco antes de 107 d.C. quando recebeu o título de *Augusta*<sup>42</sup>. Relativamente aos dedicantes, note-se que ambos ostentam *tria nomina* romanos cuja onomástica detém claramente uma origem latina.

<sup>37</sup> Vide Fernandes (2005) 30-35; Fernandes et Caessa (2007) 110; Almeida (2011) 76-77. Sobre esta questão e a sua relação com o teatro romano, vide infra Excurso B.

<sup>38</sup> *CIL* II 185.

<sup>39</sup> *CIL* II 1052. Étienne (1958) 451-452, 455.

<sup>40</sup> Vide Silva (1944) 190-192; Garcia (1991) 470.

<sup>41</sup> *CIL* II 4993.

<sup>42</sup> Vide Silva (1944) 276-283; Garcia (1991) 473; Mantas (2005) 30-31.

## Homenagens Imperiais. O imperador Adriano e a imperatriz Sabina.

O orgulho do trono imperial em ser ocupado por hispânicos justificou a grande aderência ao culto imperial<sup>43</sup>. Porém, se José Vives identifica mais de meia centena de referências epigráficas atribuídas a culto ao imperador na Hispânia, mas, por seu lado, Robert Étienne avança um número muito inferior, não considerando as referências dos marcos miliários<sup>44</sup>, realidade que posteriormente mudaria de panorama.

A Hispânia ocupou, então, um lugar privilegiado no programa oficial, não sendo certamente indiferente a viagem, “tant sur le plan militaire que sur le plan religieux”<sup>45</sup>, que o imperador empreendeu, em 121-122 d.C., à capital da Hispânia Citerior. No quadro da política oficial, o verdadeiro intuito da viagem tinha por objetivo reformulações na estrutura do culto imperial, disfarçados de reformas no plano militar, reflectindo-se nas cunhagens monetárias<sup>46</sup>.

Segundo a *Historia Augusta* sabemos que o imperador se encarregou de, a expensas suas, mandar restaurar o templo a *Divus Augustus* feito sob Tibério em Tarraco, *Ubi sumpto suo aedem Augusti restituit*<sup>47</sup>. No âmbito da política religiosa, no entender de Étienne<sup>48</sup>, esta ação estaria associada ao alargamento da abrangência do culto com a introdução da personificação de Roma sendo, doravante, o imperador vivo o objeto de culto central<sup>49</sup>.

É no contexto de uma clara adesão política ao poder central que se enquadra a homenagem consagrada oficialmente pela cidade ao imperador Adriano ainda em vida, mediante a intervenção direta dos duúnviros *M. Gellius Rutilianus* e *L. Iulius Avitus*<sup>50</sup>. O imperador surge identificado como *divi Nervae nep(oti) divi Traiani Dac(ici) Par(thici) fil(io)*, ou seja, referindo o avô, o imperador Nerva, e o pai, o imperador Trajano com os *cognomina* honoríficos Dácico e Pártico, ficando assim confirmada a sua legitimidade na sucessão ao trono por hereditariedade.

Inserida no contexto da política imperial, mais que uma homenagem, Encarnação<sup>51</sup> considera-a uma oferta: *Felicitas Iulia Olisipo donum*

---

<sup>43</sup> Étienne (1958) 461-462.

<sup>44</sup> Cf. Vives (1971) 769; Étienne (1958) 474-475.

<sup>45</sup> Étienne (1958) 470.

<sup>46</sup> Étienne (1958) 468.

<sup>47</sup> SHA, *Hadr.* 12.3 apud Étienne (1958) 485.

<sup>48</sup> Étienne (1958) 486-489.

<sup>49</sup> Encarnação (2014) 138.

<sup>50</sup> *CIL* II 186.

<sup>51</sup> Encarnação (2014) 139.

*dedit*<sup>52</sup>, contando oficialmente com a intervenção direta dos duúnviros. Contudo, esta inscrição não constitui um caso isolado, uma vez que, sob os mesmos duúnviros, *Olisipo* promoveu uma homenagem similar à sua esposa, a imperatriz *Sabina Augusta*, formando assim um conjunto no qual se homenageava simultaneamente o casal imperial<sup>53</sup>. Estas duas inscrições demonstram claramente que os notáveis municipais não perderam a oportunidade, logo no início da primeira série de viagens do imperador à província (entre 121 e 125 d.C.), de exprimir em nome do município a sua devoção à política ideológica oficial, e de manifestar a sua lealdade à *domus Augusta*.

Segundo Encarnação, esta inscrição encontra paralelo numa outra identificada na *civitas Aravorum*, datada de 120-121, enquadrando-se no mesmo contexto de culto imperial, e de “manifesta adesão política ao poder central”<sup>54</sup>.

### **Homenagens imperiais. O imperador Lúcio Vero**

Em 2015, foi identificada uma nova dedicatória honorífica imperial na zona de Telheiras, consagrada ao imperador Lúcio Vero. Não obstante ainda estar a decorrer o estudo da inscrição, poderá ser avançado que, apesar de a parte superior do pedestal se encontrar fraturada, restando apenas a metade final do texto, o texto inclui a menção da genealogia do imperador, legitimando o seu poder. Tendo em conta o facto de não constar o dedicante, atendendo às restantes inscrições de Lisboa, é plausível sugerir que tenha sido, novamente, a cidade a consagrar esta dedicatória.

### **Os sacerdotes olisiponenses**

O culto imperial, como ideologia unificadora, constituiu uma verdadeira religião política na qual o ritual atuava como meio de propaganda de grande eficácia. Neste contexto, os *flamines* municipais encarregar-se-iam de supervisionar a manutenção do culto nas suas cidades. Ademais, difundiam não só a imagem do imperador divinizado mas, acima de tudo, a do imperador reinante, fomentando um sentimento de coesão baseado na pertença a um coletivo protegido pelos mesmos deuses e governado pelo mesmo homem.

<sup>52</sup> Ainda que, neste caso, na opinião da autora se deva considerar antes o desdobramento da sigla *D. D.* como *decreto decuriorum*.

<sup>53</sup> *CIL* II 4992=5221. Cf. Silva (1944) 179-181, 276-283; Mantas (2005) 34-35, 45; Guerra (2006) 280; Almeida (2011) 54-55.

<sup>54</sup> Encarnação (2014) 132, 138.

## Os sacerdotes olisiponenses. Os flâmines

No âmbito do flaminato, destaque-se a homenagem a *Q. Iulius Q. f. Gal. Plotus*<sup>55</sup>, um dos mais antigos magistrados de *Olisipo*, cuja importância reside no facto de a datação que oferece o *cursus honorum (aed(ili) duunvir(o) flamini / Germ(anici) Caesaris fl(ami)ni Ivl(ia)e Aug(ustae) in perpetu(u)m)* conter informações de grande interesse sobre a natureza e difusão do culto imperial nas cidades da Lusitânia. O epíteto *in perpetuum* deverá ser entendido como distinção honorífica por ter sido, porventura, o primeiro na cidade a ocupar-se do culto destas personalidades numa época em que ainda não se separavam as tarefas rituais entre flâmines e Flamínicas (com Vespasiano), confirmando uma data precoce para desenvolvimento do culto imperial na cidade<sup>56</sup>. Ora, se este flâmine tiver sido eleito para supervisionar o culto que os olisiponenses prestavam a *Germanicus* em vida, pode deduzir-se, então, que ainda durante o principado de Tibério o culto a membros vivos da família imperial contava já com uma organização sacerdotal em âmbito municipal e que, também, *Iulia Augusta* era adorada em *Olisipo* antes da sua morte (29 d.C.), visto *Q. Iulius Plotus* ter atuado como *flamen Iuliae Augustae* antes do ano 19 d.C.<sup>57</sup>

Note-se, ainda, que a *gens Iulia* deteve um importante papel na vida pública do município, mesclando famílias de origem indígena com famílias de origem latina, caso testemunhado por *L. Iulius Maelo Caudicus flamen Diui Augusti*<sup>58</sup>, que se identifica de acordo com a tradição onomástica latina mas ostenta dois *cognomina*, *Maelo* e *Caudicus*, que remetem para uma evidente origem indígena que não pretendeu esconder, tanto mais que abreviou o último e omitiu a tribo e filiação. Tais circunstâncias podem ser explicadas tendo em conta a natureza privada do voto, tornando desnecessária uma identificação de cariz oficial e público, e ainda devido ao facto de possivelmente se tratar de uma personagem que beneficiaria de grande popularidade na região.

Considera-se que a inscrição, gravada na face frontal do lintel que cobre a estrutura de um fontanário em Armês (Sintra), revela tão só um ato de ostentação de poder e de riqueza por parte de um flâmine municipal (tendo em conta o destaque conferido ao nome do dedicante em detrimento do importantíssimo cargo mencionado). Não obstante, José Cardim Ribeiro considera que a função da epígrafe não seria somente celebrar o benefício público e louvar o promotor da construção, mas

<sup>55</sup> *CIL* II 194.

<sup>56</sup> Vide Étienne (1958) 164.

<sup>57</sup> Delgado (2000) 115; González Herrero (2002) 48-50, 57-59; Mantas (2005) 31.

<sup>58</sup> *CIL* II 260.

representaria antes e sobretudo uma homenagem rendida ao imperador Augusto por *L. Iulius Maelo Caudicus* na sua condição de *flamen Diui Augusti*, uma eventual relação entre o culto imperial e o culto das águas, pressupondo a manutenção ou o restabelecimento da saúde daqueles que, através do contacto direto, fossem “atingidos pelo poder regenerador da própria divindade, a qual se oculta para lá do manancial – sua expressão física – e a ele permanece subjacente”<sup>59</sup>.

Por outro lado, foi encontrada em *Olisipo* uma homenagem ao *flamen L. Cornelius L. f. Gal. Bocchus*<sup>60</sup>, natural de *Salacia*, consagrada pelo *ordo decurionum* da cidade através de um pedestal posteriormente integrado no aparelho de reconstrução da parede do hipocausto das *Thermae Cassiorum*. O critério de selecção com que se gravaram os cargos exercidos, *flamini provinciae Lusitaniae, praefecto fabrum V e tribuno militum legionis VIII Augustae*, corresponde ao desejo de a cidade destacar a pertença do homenageado ao *ordo equester*, assim como o prestígio que este havia adquirido ao ser nomeado, por sucessivas ocasiões, ajudante de um alto magistrado. Tendo em consideração a dimensão religiosa e política que o flaminato provincial obteve, não surpreende que uma cidade distinta daquela de que era originário tivesse rendido homenagem pública a um *flamen prouvinciae*, ao erigir uma estátua no ano em que exerceu/abandonou o cargo<sup>61</sup>.

No que respeita às inscrições funerárias, destaque-se a de *P. Staius Exoratus* que se identifica como *flamen Diui Vespasiani*<sup>62</sup>. Ora, a referência ao imperador Vespasiano como *Diuus* permite remeter a epígrafe ao imperialato de Tito ou, mais provavelmente, ao de Domiciano, apontando para uma data posterior ao ano 79 d.C., período no qual o culto imperial sofria as consequências de uma reorganização profunda<sup>63</sup>.

Tal como noutras inscrições de *Olisipo*<sup>64</sup>, também nesta não é feita qualquer referência à filiação ou à tribo do flâmine, tendo sido apenas gravado o exercício de um único cargo, naturalmente, aquele que correspondia ao cume da carreira municipal. Estas circunstâncias levaram J. A. Delgado<sup>65</sup> a admitir que talvez o exercício de magistraturas locais não fosse um requisito imprescindível para o acesso ao sacerdócio. No

<sup>59</sup> Vide Ribeiro (1983a) 201.

<sup>60</sup> *FE* 100, 275.

<sup>61</sup> Sobre esta inscrição vide González Herrero (2006) 33; González Herrero (2011) 252; Encarnação (2011) 196.

<sup>62</sup> *RAP* 542.

<sup>63</sup> Étienne (1958) 232-233; Fishwick (1993) 165-166; Delgado (1999) 440-41; Delgado, (2000) 122; González Herrero (2009) 442-446.

<sup>64</sup> Por exemplo, *CIL* II 260.

<sup>65</sup> Cf. Delgado (2000) 117; González Herrero (2002) 42-42; González Herrero (2009) 443.

entanto, este tipo de ausência, tendo em conta que o elevado estatuto social destes indivíduos dispensaria uma identificação mais completa, poderá refletir uma opção pela simplicidade.

Recentemente, no *Ficheiro Epigráfico*, foi publicado o estudo de um conjunto inédito de inscrições encontradas no âmbito de trabalhos de restauro e valorização da Cerca Velha de Lisboa, tendo sido identificados epitáfios em contexto de reutilização. Destaque-se a inscrição FE 131, 548 que permite confirmar a existência de mais um flâmine municipal desconhecido até então. Corresponde ao epitáfio de um magistrado olisiponense, *Cassius Iustus*, que refere a filiação e pertença à tribo Galéria, e apresenta-se como detentor de um *cursus honorum* notável descrito ordenadamente: *d(ecurio) aedilicus duunviralis flaminicus*. Pertencente a uma das gentes da elite da cidade (a *Cassia* e a *Iulia*<sup>66</sup>), porém, uma análise onomástica mais rigorosa indica que tanto o gentílico como o *cognomen* apresentam uma origem claramente latina e surgem frequentemente mencionados na epigrafia de *Olisipo*<sup>67</sup>.

### Os sacerdotes olisiponenses. Casos problemáticos

Não obstante a seguinte inscrição apresentar um caráter muito problemático e ser usualmente excluída dos repertórios do culto imperial, optou-se por mantê-la sob fortes reservas, devido às dificuldades de leitura e interpretação que apresenta<sup>68</sup>. Não obstante, considera-se que o indivíduo nela referido, ainda que anónimo, é digno de menção, uma vez que possui importância intrínseca como testemunho da existência na cidade de mais um representante dos sacerdotes ligados ao culto imperial.

Destaque-se então o *fla(men) aug(ustalis?)* não identificado, proveniente de Faião (Sintra), que mandou construir nos *agri olisiponenses*, possivelmente ainda em vida, um pequeno mausoléu, no qual consta o seu epitáfio funerário. Note-se que o termo *flamen* surge normalmente abreviado como *fl(amen)* ou *flam(en)* e somente em raras ocasiões através de *fla(men)* sendo que esta forma menos convencional possa, porventura, ter sido usada meramente por motivos ligados à paginação. Não obstante, este tipo de abreviatura, em que as palavras são simplesmente cortadas ao meio, apesar de raro, encontra-se bem documentado no

---

<sup>66</sup> Vide Navarro Caballero et Ramírez Sádaba (2013) 135-136, 206 sobre a distribuição dos testemunhos da *gens Cassia* e da *gens Iusta*.

<sup>67</sup> Vide Encarnação et al. (2015).

<sup>68</sup> *RAP* 541.

*municipium olisiponense*, como se pode constatar noutros casos como *anno(rum)*, *cae(saris)* ou *li(bens)*<sup>69</sup>.

Saliente-se outros dois casos problemáticos, merecedores de referência. Em primeiro lugar, o epitáfio de *Iulius Munius Italicus*<sup>70</sup>, um monumento funerário de tipologia desconhecida, identificado no século XVII na freguesia de Unhos (Loures), mas cujo paradeiro actual é desconhecido. A reconstituição das duas primeiras linhas do texto apresenta alguns problemas de interpretação, que levaram à existência de distintas variantes de leitura<sup>71</sup>. No início da primeira linha desapareceu a sigla que antecederia o gentílico *Iulius*, correspondente ao *praenomen*. No final da mesma linha, aponta-se o antropónimo *Munius*, no genitivo, como filiação; porém, no início da segunda linha lê-se claramente um *B* que fazia parte de uma palavra abreviada, uma vez que as letras seguintes formam um vocábulo independente e muito conhecido: o *cognomen Italicus*. Não obstante as diversas versões do texto não referirem nenhuma letra antes deste *B*, será necessário procurar então uma correspondência no final da primeira linha. Neste panorama, ter-se-á de considerar as letras *MVN* como a abreviatura de um antropónimo em genitivo (correspondente ao patrono do defunto)<sup>72</sup>, e que a penúltima letra dessa mesma linha seria um *L* seguido de um *I*, que, juntamente com a letra *B* da linha seguinte, formariam a abreviatura *LIB(ertus)*, indicadora do estatuto social do defunto.

Relativamente ao nome do patrono, Hübner havia proposto a reconstituição *Mun[ina]*<sup>73</sup>, apoiado na ocorrência deste antropónimo indígena na epigrafia de *Olisipo*, pelo menos, no nome de uma mulher<sup>74</sup>. A origem indígena do patrono parece confirmar-se com a presença do *cognomen* e não conforme a norma latina que exige antes o *praenomen* em sigla<sup>75</sup>. Por outro lado, no que toca ao *augustalis*, o seu gentílico está igualmente bem documentado nas inscrições olisiponenses<sup>76</sup>, confirmando a estreita ligação dos *Iulii* olisiponenses ao culto imperial. Quanto a *Italicus*, trata-

<sup>69</sup> As referências a este sacerdote encontram-se em Ribeiro (1977) 288-290, 298-299; Garcia (1991) 490-491; Fernandes (1999) 175; Almeida (2011) 68.

<sup>70</sup> Leia-se a proposta de Fernandes (2003), 42-43: [.] *IVLIVS* • *MVN(...?) LI/B(ertus)? ITALICVS* / *AVGVSTAL(is)* • *H(ic)* • *S(itus)* • *E(st)*.

<sup>71</sup> *CIL* II 264; *ILER* 6376; *RAP* 545. Étienne, (1958) 252.

<sup>72</sup> Posição aceite por diversos autores. Étienne (1958) 252 n. 7; Abascal Palazón (1994) 433.

<sup>73</sup> *CIL* II 31. Navarro Caballero et Ramírez Sádaba (2013) 244.

<sup>74</sup> *EO* 51, 52. Ribeiro (1977), 310 propõe ainda como possibilidade os *nomina Munius* (*CIL* II 1945, Alora), *Munus* (*CIL* II 688, Trujillo) ou *Munnus* (*HEp* 7, 176).

<sup>75</sup> Fenómeno já documentado na epigrafia olisiponense (vide *CIL* II 196; 241, como exemplos).

<sup>76</sup> Vejam-se sobretudo os *augustales* *C. Iulius Eutichus* (*CIL* II 182), *C. Iulius C. Iulii lib.* (*CIL* II 181), *M. Iulius Tyrannus* (*RAP* 237), *C. Iulius Phi(?)* (*CIL* II 180); os *flamines*, *Q. Iulius Plotus* (*CIL* II 194) e *L. Iulius Maelo Caudicus* (*CIL* II 260); a *flamínica* *(lu?)lia Vegeta* (*CIL* II 196); e o *dúunviro* *L. Iulius Avitus* (*CIL* II 186; 5221).

-se de um *cognomen* latino raro na Hispânia, testemunhando-se apenas oito outras ocorrências<sup>77</sup>.

O último caso problemático que merece menção trata-se da lápide funerária de *Matulla*, encontrada no Castelo de S. Jorge e depositada no Museu da Cidade, mandada fazer por um *augustalis*, de nome desconhecido, em conjunto com uma mulher, *(lu?)lia Gadilla*<sup>78</sup>.

## Os sacerdotes olisiponenses. O Sacerdócio Feminino

Com o aumento das *Diuae* e a inclusão das *Augustae* revelou-se necessária a criação de um sacerdócio exclusivamente feminino para a manutenção do culto das imperatrizes. Todavia, este cargo funcionaria sobretudo como meio de integração das mulheres pertencentes às elites municipais na estrutura social e na vida municipal da sua cidade.

A ausência de testemunhos que confirmem a existência do flaminato feminino na província antes do ano 48 d.C. encontra-se atestada na titulação dos flâmines, *flamen prouvinciae Lusitaniae Diui Augusti et Diuae Augustae*<sup>79</sup> e na das flamínicas, *flaminica prouvinciae Lusitaniae*<sup>80</sup>, idêntica ao estabelecido para os flâmines a partir de Vespasiano<sup>81</sup>. Atendendo a estes dados, tem-se vindo a apontar para que tivesse sido este imperador o responsável pela sua introdução, aquando das reorganizações do culto imperial provincial.

Neste âmbito, as homenagens às flamínicas olisiponenses apresentam-se como claros testemunhos do facto de as mulheres pertencentes às famílias da elite terem desempenhado um papel ativo na difusão da ideologia oficial, bem como na vida municipal da sua cidade, tendo como um dos pilares dessa ascensão a realização de estratégicas alianças matrimoniais, através de uma vinculação aos membros que integravam os órgãos do poder municipal<sup>82</sup>.

É também interessante verificar que, se os flâmines são homenageados na capital provincial, onde exerceram o seu cargo, as dedicatórias das *flaminicae* procedem das suas cidades de origem, nas quais terão

<sup>77</sup> Abascal Palazón (1994) 391; Navarro Caballero et Ramírez Sádaba (2013) 196.

<sup>78</sup> *ILER* 6377; *EO* 8; *RAP* 544.

<sup>79</sup> Por exemplo o *flamen Albinus Albui f. de Augusta Emerita* (*CIL* II 473).

<sup>80</sup> Por exemplo a flamínica *Servilia L. f. de Olísipo* (*CIL* II 195).

<sup>81</sup> A uniformidade e simplicidade dos títulos femininos, em comparação com o dos flâmines, sugere que reflitam o momento em que o culto imperial tivesse já evoluído para formas mais coletivas. Vide Étienne (1958) 162.

<sup>82</sup> Vide Fernandes (1999) 139-142; Delgado (1999) 442-445; Delgado, (2000) 124-125; Hoyo (2003) 129-136; Rodríguez Neila et Melchor Gil (2003) 227; González Herrero (2009) 441-442; Almeida (2011) 69.

porventura desempenhado o flaminato local antes de alcançarem o provincial<sup>83</sup>.

Como exemplos desta realidade destaque-se o pedestal honorífico consagrado separadamente a *Serullia L. f. Albini, flaminica prouincia Lusitania* e a *Lucceia Q. f. Albinae Terentiani*<sup>84</sup>. O facto de o *cognomen* da primeira mulher coincidir com o do esposo da segunda permitiu estabelecer um vínculo familiar entre as duas mulheres (sendo *Lucceia* filha ou cunhada de *Serullia*<sup>85</sup>), que é reforçado por receberem homenagem conjunta. Então, *Serullia*, filha de *Lucius*, esposa de *Albinus* e flaminica da província da Lusitânia; e *Lucceia Albina*, filha de *Quintus* e esposa de *Terentianus*, fariam parte da elite municipal, usufruindo um elevado status social em *Olisipo* e justificando assim que o *ordo decurionum* autorizasse a colocação do monumento em espaço público.

Note-se, ademais, o facto de as homenageadas terem acrescentado à habitual fórmula de filiação (*praenomen* paterno em genitivo seguido do termo *filia*) os *cognomina* em genitivo dos respetivos cônjuges; fica implícito que existe interesse por parte destas mulheres em se associarem aos seus maridos, certamente pela notoriedade social que estes alcançaram e que se refletiria nos restantes membros familiares. Estas *flaminicae* beneficiaram, pois, de um status social que é inseparável do *status* familiar. Neste contexto, seria usual que estas mulheres proclamassem o seu estatuto social e *dignitas* familiar associando-se à figura do pai, marido ou filho, os únicos que poderiam desempenhar magistraturas políticas<sup>86</sup>.

O facto de ser muito menos frequente o marido dedicar uma inscrição à sua esposa<sup>87</sup> outorga um maior valor à dedicatória feita a [...] *lia Vegeta*, flaminica municipal de *Olisipo*, por *M. Gellius Rutilianus, Iluir* da mesma cidade<sup>88</sup>, precioso testemunho da importância nas cidades provinciais da união do duunvirato com o flaminato. Foram sugeridas diferentes hipóteses para a reconstituição do seu *nomen*, como [*Cae*] *lia[e]*, [*Ae*] *lia[e]* ou [*Ge*] *lia[e]*. Todavia, as propostas que apontavam para [*Ge*] *lia[e]* como primeiro nome da flaminica não são plausíveis, uma vez que o gentílico da mulher raramente seria igual ao do marido, exceto no caso dos libertos. Assim, parece-nos mais plausível reconstituir-se antes

<sup>83</sup> Rodríguez Cortés et Salinas de Frías (2000) 246.

<sup>84</sup> *CIL* II 195. Sobre este pedestal vide Fernandes (1999) 137-138; Delgado (1999) 457; Mantas (2005) 35; González Herrero (2005) 247-50; González Herrero (2006) 56-58.

<sup>85</sup> Cf. Saquete Chamizo (1993) 133-134; Lefebvre (2001) 219; González Herrero (2005) 245-247; González Herrero (2006) 55-56.

<sup>86</sup> Vide Rodríguez Cortés et Salinas de Frías (2000) 247-248, 251.

<sup>87</sup> Rodríguez Cortés et Salinas de Frías (2000) 249.

<sup>88</sup> *CIL* II 196. Duúviro bem conhecido na epigrafia olisiponense que, juntamente com *L. Iulius Avitus*, homenageou o imperador Adriano (*CIL* II 186) e a imperatriz Sabina (*RAP* 502)

*[Iul]ia Vegeta*, visto que a *gens Iulia* era das mais abastadas e abundantes na cidade, tendo participado regularmente na administração municipal e no culto imperial<sup>89</sup>.

## Reflexões finais

O culto imperial teria como objetivo último garantir a fidelidade ao Estado e, com isso, garantir a *pax* e estabilidade no império através da uniformização religiosa, política e económica – a *Roma Aeterna!* Neste panorama, a divinização do governante como meio de aglutinar numerosos e díspares povos num modelo ideológico comum, buscando a unidade a partir da diversidade que o sistema republicano teria sido incapaz de encontrar, acabou por se revelar a ferramenta ideológica crucial para manter o sistema que o viu nascer.

Quiçá tenha sido este o instrumento de propaganda mais eficaz posto alguma vez em prática dado que, com a nova conceção ideológica, passou a existir não só união geográfica mas, e sobretudo, união civilizacional no Império, sustentando-se que o verdadeiro e mais importante valor do culto imperial não foi religioso, mas sim político-social.

Neste contexto, pode verificar-se, através de abundantes vestígios epigráficos ligados ao fenómeno de promoção social e de afirmação do poder das elites municipais de *Olisipo*, que o culto imperial se encontra presente na cidade em toda a sua vitalidade, fruto de uma vida pública muito ativa. Por conseguinte, tendo em conta a leitura do conjunto documental que respeita ao registo das homenagens imperiais, dedicatórias e epitáfios dos sacerdotes do culto imperial identificados na cidade e que sistematizámos em Anexo<sup>90</sup>, podemos concluir que, no que toca ao flaminato do culto imperial, este foi efetivamente desenvolvido na Lusitânia a partir de Tibério<sup>91</sup>, contando em *Olisipo* com cinco representantes – ou talvez seis se considerarmos que *M. Gellius Rutilianus*, duúnviro esposo de uma flamínica municipal<sup>92</sup>, muito provavelmente ascendeu ao flaminato.

Por outro lado, a titulação ostentada por estes sacerdotes constitui o mais sólido indício disponível para se deduzir o objeto de culto e, por conseguinte, para termos uma perspetiva mais próxima da evolução que sofreu este fenómeno, vejam-se como exemplo os títulos *flamen*

---

<sup>89</sup> Cf. Silva (1944) 194-195; Lambrino (1951) 40; Fernandes (1999) 140-141; Delgado (2000) 123-125; Mantas (2005) 35.

<sup>90</sup> Vide infra Anexo A.

<sup>91</sup> *CIL* II 194; 260; *FE* 100, 275.

<sup>92</sup> *CIL* II 195.

*Diui Augusti*<sup>93</sup>, *flamen Germ. Caesaris et Iuliae Aug. in perpetuum*<sup>94</sup>, *flamen prouvinciae Lusitaniae*<sup>95</sup> ou *flamen Diui Vespasiani*<sup>96</sup>. A cronologia dos títulos mostra claramente que o culto imperial sofreu uma evolução face à sua natureza do seu conteúdo, distinguindo-se, na opinião de R. Étienne<sup>97</sup>, três etapas na evolução: a primeira, desde a sua implantação sob Tibério, de 15 a 42 d. C., centrando-se apenas nos *Diui*<sup>98</sup>; a partir de Cláudio, de 42 a 54 d. C.<sup>99</sup>, quando passa a existir tanto o culto do *divus Augustus* como da *diva Augusta*; e a partir de Vespasiano<sup>100</sup>, alargando-se para os imperadores reinantes, e introduzindo-se o sacerdócio feminino. Também neste âmbito, surgem testemunhos em *Olisipo*, contando com dedicatórias em honra de flamínicas provinciais, como *Servilia Albina*<sup>101</sup>, ou municipais, como *[lu?]lia Vegeta*<sup>102</sup>.

### EXCURSO A – Algumas considerações acerca da Augustalidade

Pretende-se expor aqui uma breve visão no que toca à origem social, às funções e objectivos sociopolíticos da instituição. Sabemos que os augustais se estabeleceram durante a dinastia júlio-cláudia, eleitos sobretudo dentro da classe dos libertos para desempenharem funções de culto imperial. Agruparam-se em instituições colegiais que ganharam preponderância nas províncias ocidentais, mas não em Roma, florescendo um pouco além de meados do séc. III<sup>103</sup>.

Neste contexto, ganhou dinamismo um novo grupo social, com crescente poder económico, que levou à criação de um grau intermédio de culto destinado aos libertos abastados: o *collegium* dos *augustales*<sup>104</sup> – cuja verdadeira função social seria a criação de um estatuto para que o liberto assumisse uma posição de elite e participasse na gestão municipal e na vida oficial da sua cidade<sup>105</sup>. Por outro lado, a augustalidade procuraria ainda compensar os libertos pela frustração derivada

<sup>93</sup> *CIL* II 260.

<sup>94</sup> *CIL* II 194.

<sup>95</sup> *FE* 100, 275.

<sup>96</sup> *RAP* 542.

<sup>97</sup> Étienne (2002) 99-100.

<sup>98</sup> *CIL* II 194, 260.

<sup>99</sup> *FE* 100, 275.

<sup>100</sup> *RAP* 542.

<sup>101</sup> *CIL* II 195.

<sup>102</sup> *CIL* II 196.

<sup>103</sup> Cf. Ostrow (1985) 64-65; Linderski (2007) 179.

<sup>104</sup> Vide infra Anexo A, Quadro 1.

<sup>105</sup> Vide Étienne (1958) 277-278.

do contraste entre a sua capacidade económica e ligações clientelares, e a impossibilidade de acesso a magistraturas oficiais<sup>106</sup>. Por conseguinte, este fenómeno representaria a única janela de oportunidade para a mobilidade social, promoção política para si e para os descendentes, cidadãos romanos de nascimento, dotados de plenos direitos e aptos a competirem na carreira municipal<sup>107</sup>.

Não obstante, tanto para flâmines como para augustais, o pagamento inerente ao exercício do cargo era feito de forma similar a uma magistratura. Com a entrada no cargo, tornava-se obrigatório pagar a *summa honoraria* à qual se acrescentavam outros gastos *ob honorem*, que se materializaram em frequentes iniciativas evergéticas que implicavam o financiamento de jogos, banquetes, estátuas ou partes do ornato urbano<sup>108</sup>. Em contrapartida, estes indivíduos poderiam alcançar a mais destacada honra, que se reverteria numa homenagem consagrada pelo *ordo* do município, usualmente, autorização para erigir a respetiva estátua em edifícios públicos ou a concessão dos *ornamenta decurionales*, servindo de estímulo a futuras condutas munificentes que ajudassem a financiar os custos da vida municipal<sup>109</sup>. Assim, a importância da atividade dos libertos mais abastados justifica-se no campo da munificência pública<sup>110</sup>.

Como motores da construção urbana, o seu testemunho numa cidade constitui excelente indicativo de dinamismo socioeconómico. Destaque-se, neste panorama, um dos atos de munificência mais espetacular, porque extraordinariamente caro, feito por parte de um augustal em *Olisipo*, onde patrocinou a *orchestra et proscaenium* do teatro<sup>111</sup>. Todavia, a sua função não se reduzia a dotar a cidade de monumentalidade urbanística.

Além da construção pública, os *augustales* detinham o papel de supervisionar e difundir o culto imperial<sup>112</sup>. Na sua condição de “members of collegial associations officially devoted to the imperial cult”<sup>113</sup>,

<sup>106</sup> Um *augustalis* não seria apenas um antigo escravo, mas antes um liberto abastado que gerou o designado “the rich freedman problem”, nos finais da república e inícios do império, que passava pela questão sobre a função social a atribuir aos seus abastados recursos. Ostrow (1985) 67.

<sup>107</sup> Castillo Ramírez (2008) 768.

<sup>108</sup> Étienne (1958) 172-173; Duthoy (1978) 1281-1282; Serrano Delgado (1988) 103-105; Castillo García (2003) 78-81.

<sup>109</sup> Vide Ostrow (1985) 67-72; Rodriguez Neila et Melchor Gil (2003) 209-211, 223; Almeida (2011) 23-24.

<sup>110</sup> Para mais informações sobre aspetos teóricos acerca da organização da augustalidade vide Duthoy (1978) 1254-1309; Saquete Chamizo (1997) 148; Andreu Pintado (1998) 45-47.

<sup>111</sup> *CIL* II 183.

<sup>112</sup> Cf. Étienne (1958) 431; Andreu Pintado (1998) 49-50.

<sup>113</sup> Linderski (2007) 179. Distinga-se entre os colégios oficiais de sacerdotes e estas associações privadas, usualmente sob patronato direto do próprio imperador.

ficavam encarregues de mandar erigir as homenagens imperiais, usualmente acompanhadas de uma estátua, acarretando, por um lado, o benefício ornamental para a cidade e, por outro, tremenda propaganda para o munificent<sup>114</sup>. É neste panorama que se insere a dedicatória ao imperador Augusto<sup>115</sup>, mandada fazer num pedestal por ordem de dois sacerdotes do culto imperial.

## EXCURSO B – Os teatros e o culto imperial. O exemplo de *Olisipo*

No âmbito da paisagem urbana, os teatros (locais de reunião do *populus* por excelência) assumiram-se como símbolos de romanidade, tendo sido adaptados enquanto estruturas-chave do cerimonial do culto imperial, servindo de instrumentos de propaganda oficial. Os *ludi* haviam-se convertido num dos episódios centrais da vida sociopolítica da cidade, porque essenciais à sua dinâmica propagandística<sup>116</sup>. Neste contexto, a vinculação do teatro de *Olisipo* ao culto imperial surge testemunhada através do novo programa escultórico do *scaenae frons*, que revela um claro objetivo propagandístico de exaltação da ideologia oficial<sup>117</sup>.

Não deverá então surpreender que tenha sido, concretamente, o *proscenium* do teatro que *C. Heius Primus* escolheu patrocinar: elemento frontal da fachada do palco, estrutura de grande valor simbólico, que era o local de eleição para a difusão de mensagens propagandísticas<sup>118</sup>. Nos primeiros dois blocos exaltava-se o imperador; no terceiro surgem os seus cargos honoríficos, permitindo remeter o texto para 57 d. C.; no quarto discriminam-se os trabalhos de embelezamento; e, finalmente, no quinto recorda-se o benemérito que os promovera, o *augustalis perpetuus C. Heius Primus*<sup>119</sup>. A inscrição demonstra assim um planeamento intencional, gravando-se propositadamente em primeiro lugar o nome do imperador homenageado e, em último, o do dedicante. É, desta forma, colocado em relevo a parte da mensagem que mais importava que saltasse à vista dos espectadores: a fidelidade ao Império, o ato de evergetismo e o nome do benemérito.

Em suma, o teatro de *Olisipo* seria utilizado não só como espaço de exaltação do poder imperial mas, e sobretudo, do poder municipal que havia encontrado na política de monumentalização da arquitetura

<sup>114</sup> Serrano Delgado (1988) 108-111, 140.

<sup>115</sup> *CIL* II 182

<sup>116</sup> Rodriguez Neila (1989) 159; Andreu Pintado (1999) 48.

<sup>117</sup> Étienne (2002) 101-102; Mateos (2006) 340-343, 348-352; Carter et Edmondson (2014) 550-551.

<sup>118</sup> Serrano Delgado (1988) 144; Fernandes et Caessa (2007) 104, 110.

<sup>119</sup> *CIL* II 183.

pública, e nas cerimónias que a acompanhavam, um perfeito “palco da encenação do poder”<sup>120</sup> posta “ao serviço da manipulação ideológica”<sup>121</sup>.

Assim, disfarçadas de *beneficentia*, estas doações proporcionavam a oportunidade de se receber homenagem pública, fazendo com que as intenções meramente altruístas fossem amplamente superadas pela propaganda política, com o objetivo de se influenciar quem tinha no seu voto o controlo da promoção eleitoral do munificente<sup>122</sup>. Todavia, a evolução da *ordo augustalium* caminhou paralelamente à do culto imperial, ambos perdendo o seu sentido religioso e transformandose, pouco a pouco, em instituições políticas. Neste âmbito, o papel de *C. Heius Primus* como *augustalis perpetuus*<sup>123</sup>, seria, por um lado, ocupar-se com as medidas de promoção do culto imperial e, por outro, desempenhar um papel ativo na vida pública da cidade através do financiamento de ornato urbano<sup>124</sup>.

## ANEXO A – Quadros

Bibl. abv.	Inscrição	Dat. aprox.
CIL II 182	<i>Divo Augusto / C(aius) Arrius Optatus / C(aius) Iulius Euthicus / Augustales</i>	pouco depois de 14 d.C.
CIL II 183	<i>Neroni Claudio diui Claudi f(ilio) Germa[nici] C[ae]sa[ris] nep(oti) Ti(beri) C[ae]sar[is] [pron(epoti) diui Augusti abn(epoti) Caesari] Aug(usto) Germanico pont(ifici) max(im)o trib(unicia) pot(estate) III imp(eratori) III co(n)s(uli) II designato III proscaenium et orchestram cum ornaentis Augustalis perpetuus C(aius) Heius Primus Cato HEIA[- - - d(onum) d(edit)]</i>	57 d.C.
CIL II 184	<i>[Neroni] Claudio d[ivi] / Claudi f(ilio) [Ge]rm(anic)i Caes(ar)is / nepoti Ti(beri) Cae[sar]is pronep(oti)] / diui Augusti abn[ep(oti)] / - - - - -</i>	57 d.C.
CIL II 185	<i>[I]mp(eratori) Caesari / Vespasiano Aug(usto) / pont(ifici) max(im)o trib(unicia) pot(estate) / III imp(eratori) X p(atr)ia p(atr)iae con(sul) III d(es)ig(nato) / V censori design(ato) ann(o) IIII / imp(eri) eius Felicitas Iulia Olis[is]ip[o] [...]</i>	73 d.C.
CIL II 4993	<i>Matidiae / Aug(ustae) / Fel(icitas) Iul(ia) Olisipo / Per / Q(uintum) Antonium Gallum / T(itum) Marcium Marcianum Ilvir(os)</i>	107 d.C.
CIL II 186	<i>Imp(eratori) Caesari / Traiano Hadriano / Aug(usto) divi Nervae nep(oti) / divi Traiani Dac(ici) Par(thici) fil(io) / co(n)s(uli) III trib(unicia) potest(ate) V[- - -] / Felicitas Iulia[- - -] / d(onum) d(edit) / per M(arcum) Gellium Ruf[um] / et L(ucium) Iulium Avitum d(uo)[v(iros?)]</i>	126-127 d.C.

<sup>120</sup> Fernandes (2005) 36.

<sup>121</sup> Dias (2015) 94.

<sup>122</sup> Vide Rodriguez Neila (1989) 135-147, 168; Andreu Pintado (1999) 37-38, 47-50; Fernandes (2005) 30-35.

<sup>123</sup> Distinção honorífica excepcional conservada depois da saída do cargo, permitindo manter o prestígio de forma vitalícia. Duthoy (1978) 1278.

<sup>124</sup> Castillo García (2003) 82; Fernandes et Caessa (2007) 109-110.

CIL II 5221	<i>Sabinae Aug(ustae) / [conjugi] Imp(eratoris) Caes(aris) Trajani / Hadriani Augusti / Divi Nervae Nepotis / Divi Trajani Dac(ici) / Parth(ici) F(ili) D(ono) D(edit) / Felicitas Iulia Olisipo / per / M(arcum) Gellium Rutilianum / et L(ucium) Iulium Avitum Ilvir(os)</i>	126-127 d.C.
CIL II 187	<i>Imp(eratori) Caes(ari) Imp(eratoris) / M(arci) Aurel(i) Antonin(i) / Aug(usti) f(ili) divi pii nep(oti) divi / Trai(ani) Parthici abnep(oti) / L(ucio) Aurelio Commodo / Aug(usto) Germa(rico) Sarm(atico) / Fel(icitas) Iul(ia) Olis(ipo) / per Q(uintum) Coelium Cassianum / et M(arcum) Fulvium Tuscum Ilvir(os)</i>	176 d.C.
CIL II 259	<i>Soli Aeterno / Lunae / pro aeternitate im(peri) et salute Imp(eratoris) Caes(aris) L(ucij) / Septimi Severi Aug(usti) Pii et / [Imp(eratoris)] Caes(aris) M(arci) Aureli Antonini / Aug(usti) Pii [et P(ubli) Septimi Getae nob(ilissim)] / Caes(aris) et [Iul]iae Aug(ustae) matris c[ajs]tr(orum) / Drusus Valer(ius) Coelianus / [- -] vsif[- -] Augustorum / cvmv[- -]svale[- -]ni[- -]svaet / Q(uintus)Iulius Satur(ninus?) Q(uintus) Val(erius) et Anto(nius) [- -]</i>	198-209 d.C.
CIL II 188	<i>Imp(eratori) Caes(ari) M(arco) Iulio / Philippo Pio Fel(ici) Aug(usto) / pontif(ici) max(imo) trib(unicia) pot(estate) II / p(atr) p(atriae) co(n)s(uli) II Fel(icitas) Iul(ia) Olisipo</i>	248 d.C.
<b>Quadro 1</b> – Inscrições olisiponenses que remetem para dedicatórias consagradas a imperadores e outros membros da casa imperial, encontrando-se no CIL, com a datação aproximada.		

Bibl. abv.	Nome	Cargo	Dat. aprox.
CIL II 194	<i>Q. Iulius Plotus</i>	<i>Flamen Germ.Caesaris et Iuliae Aug.in perpetuum</i>	14-19 d.C.
CIL II 260	<i>L. Iulius Maelo Caudicus</i>	<i>Flamen Diui Augusti</i>	14-37 d.C.
FE 100, 275	<i>L. Cornelius L. f. Gal. Bocchus</i>	<i>Flamen prouvinciae Lusitaniae</i>	14-42 d.C.
RAP 542	<i>P. Staius Exoratus</i>	<i>Flamen Diui Vespasiani</i>	79-96 d.C.
FE 131, 548	<i>Cassius L. f. Gal. Iustus</i>	<i>Flaminicus</i>	meados séc. I d.C.
CIL II 195	<i>Servilia L. f. Albini</i>	<i>Flaminicae prouvinciae Lusitaniae</i>	2ª metade séc. I d.C.
CIL II 196	<i>[...?]lia Vegeta</i>	<i>Flaminica</i>	1ª metade séc. II d.C.
CIL II 181	<i>C. Iulius C. Iulii lib.</i>	<i>Augustalis</i>	séc. I d.C.
RAP 237	<i>M. Iulius M. lib. Tyrannus</i>	<i>Augustalis</i>	séc. I d.C.
CIL II 182	<i>C. Arrius Optatus</i>	<i>Augustalis</i>	14-25 d.C.
CIL II 182	<i>C. Iulius Euthicus</i>	<i>Augustalis</i>	14-25 d.C.
CIL II 177	<i>M. Afranius Euporio</i>	<i>Augustalis</i>	14-37 d.C.
CIL II 177	<i>L. Fabius Daphnus</i>	<i>Augustalis</i>	14-37 d.C.
CIL II 183	<i>C. Heius Primus Cato</i>	<i>Augustalis perpetuus</i>	54-68 d.C.
CIL II 180	<i>C. Iulius Phi[...]</i>	<i>Augustalis</i>	inícios séc. II d.C.
CIL II 264	<i>Iulius Munius Italicus</i>	<i>Augustalis</i>	séc. I-II d.C.
<b>Quadro 2</b> – Enumeração dos sacerdotes de culto imperial identificados em Olisipo, juntamente com o cargo religioso, bibliografia abreviada e datação aproximada.			

## Bibliografia

- J. M. Abascal Palazón (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia, Universidad de Murcia.
- J. Almeida (2011), *Contributo para o conhecimento das Elites Olisiponenses*. Dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- J. Andreu Pintado (1998), “Augustalidad, sevirato y evergetismo: aproximación a la promoción social de los libertos en Lusitania”, *Vipasca* 7, 43-50.
- \_\_\_\_\_(1999), “Munificencia pública en la provincia Lusitania: una síntesis de su desarrollo entre los siglos I y IV d.C.”, *Conimbriga* 38, Coimbra, 31-63.
- G. Baratta (2001), *Il culto di Mercurio nella Penisola Iberica*, Barcelona, Universitat de Barcelona.
- J. Cardim Ribeiro (1977), “Três novos monumentos epigráficos da época romana pertencentes à zona oeste do município Olisiponense”, *O Arqueólogo Português*, série 3, 7-9, 277-303.
- \_\_\_\_\_(1983a), “Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus”, *Sintria* 1-2, 151-476.
- \_\_\_\_\_(1983b), Contributos para o conhecimento de cultos e devoções de cariz aquático relativos ao território do Município Olisiponense”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, série 3, 89/1, 331-369.
- \_\_\_\_\_(1994), “Felicitas Iulia Olisipo: Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea”, *Al-madan*, série 2, 3, 75-95.
- \_\_\_\_\_(2002), “Soli Aeterno Lvnae. O Santuário” in J. Cardim Ribeiro coord. *Religiões da Lusitania, Loquuntor Saxa*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia-Instituto Português de Museus, 235-239.
- \_\_\_\_\_(2007), “Soli Aeterno Lunae. Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: um caso complexo de sincretismo?”, *Sintria* 3-4, 595-624.
- M. Carter et J. Edmondson (2014), “Spectacle in Rome, Italy and the Provinces”, in C. Bruun e J. Edmondson eds. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*, Oxford, Oxford University Press, 537-558.
- C. Castillo García (2003), “Sevirato y Augustalidad: un estamento intermedio en la vida ciudadana”, in J. F. Rodríguez Neila, C. Castillo García et F. Javier Navarro, coords. *Sociedad y Economía en el Occidente romano*, Pamplona, Universidad de Navarra, 73-89.
- E. Castillo Ramírez (2008), *Propaganda política y Culto imperial en Hispania (de Augusto a Antonino Pio): reflexos urbanísticos*. Dissertação de doutoramento. Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- J. A. Delgado (1999), “Flamines Provinciae Lusitaniae”, *Gérion* 17, 433-461.
- \_\_\_\_\_(2000), “Los Sacerdotes de rango local de Lusitania”, *Conimbriga* 39, 107- 152.
- M. M. A. Dias (2015) “A consciência do valor propagandístico do texto epigráfico no Baixo Império”, in S. Gómez Martínez, S. Macias et V. Lopes coords. *O sudoeste peninsular entre Roma e o Islão*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 92-102.
- R. Duthoy (1978), “Les Augustales” in *ANRW* II, 16/2, 1254-1309.

- J. d'Encarnação (2004), "Devoção e política em algumas cidades da Lusitânia", in S. Armani, B. Hurllet-Martineau, A. U. Stylow, eds. *Epigrafía y sociedad en Hispania durante el Alto Imperio: estructuras y relaciones*, Madrid, Universidad de Alcalá de Henares-Casa de Velázquez, 203-207.
- \_\_\_\_\_(2011), "Cornelii Bocchi de Olisipo, Scallabis e Salacia" in J. L. Cardoso et M. Almagro-Gorbea, eds. *Lucius Cornelius Bocchus: Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina. Colóquio Internacional de Tróia (16 de Outubro de 2010)*, Lisboa-Madrid, Academia Portuguesa de Historia-Real Academia de la Historia, 189-201.
- \_\_\_\_\_(2003), "Devoção e Política em algumas cidades da Lusitânia" in S. Armani, B. Hurllet-Martineau et A. Stylow, eds. *Acta Antiqua Complutensia IV: Epigrafía y Sociedad en Hispania Romana durante el Alto Imperio: estructuras y relaciones sociales*, Alcalá de Henares, Ediciones Universidad Castilla-La Mancha, 203-208.
- \_\_\_\_\_(2014), "Homenagem da civitas Aravorum ao imperador Adriano", *Praça Velha* 34, 127-151.
- J. d'Encarnação et C. Quinteira (2009), "CIL II 182, de Olisipo", *Conimbriga* 48, 181-187.
- J. d'Encarnação, M. Leitão et V. Leitão (2015), "Inscrições de Olisipo identificadas na Cerca Velha", *FE* 131, 548-550.
- R. Étienne (1958), *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*, Paris, Boccard.
- \_\_\_\_\_(2002), "Novidades sobre o culto imperial na Lusitania", in J. C. Ribeiro, coord. *Religiões da Lusitânia. Loquuntor Saxa*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia-Instituto Português de Museus, 97-104.
- A. M. Faria (1995), "Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas no actual território português", *Vipasca* 4, 89-99.
- \_\_\_\_\_(2001), "Pax Iulia, Felicitas Iulia, Liberalitas Iulia", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 4/2, 351-362.
- J. Fears (1981), "The Cult of Virtues and Roman Imperial Ideology" in *ANRW* II, 17/2, 828-832.
- L. Fernandes (1999), "A presença da mulher na epigrafia do Conuentus Scallabitanus", *Portugália* 19-20, 129-228.
- \_\_\_\_\_(2003), "Inscrições romanas do termo de Loures", *Máthesis* 12, 27-55.
- \_\_\_\_\_(2005), "C. Heius Primus, augustalis perpetuus. Teatro e encenação do poder em Olisipo", *Máthesis* 14, 29-36.
- L. Fernandes et A. Caessa (2007), "O proscaenium do teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico", *Revista Arqueologia e História* 58-59, 95-115.
- D. Fishwick (1993), *The Imperial Cult in the Latin West: Studies in the Ruler Cult of the Western Provinces of the Roman Empire*, Brill, Leiden.
- J. M. Garcia (1991), *Religiões Antigas de Portugal, Aditamentos e Observações às Religiões da Lusitânia de José Leite de Vasconcellos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- M. González Herrero (2002), "Puede ser considerado el flaminado cívico el honor de mayor prestigio dentro de las carreras locales conocidas en Lusitania?", *Conimbriga* 41, 39-61.
- \_\_\_\_\_(2005), "El abogado olisiponense Lucceius Albinus y familia", *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8/1, 243-255.

- \_\_\_\_\_(2006), *Los Caballeros procedentes de la Lusitania Romana. Estudio Prosopográfico*, Madrid, Signifer Libros.
- \_\_\_\_\_(2009), “La organización sacerdotal del culto imperial en Hispania” in A. Pintado, J. Rodà de Llanza, I., eds. *Hispaniae: las provincias hispanas en el mundo romano*. Tarragona, Institut Català d’Arqueologia Clásica, 439-451.
- \_\_\_\_\_(2011), “La figura de L. F. Cornelius L. Gal. Bocchus entre los Praefecti Fabrum originários de Lusitania” in *Lucius Cornelius Bocchus: Escritor Lusitano da Idade da Prata da Literatura Latina. Colóquio Internacional de Tróia (68 de Outubro de 2010)*, loc.cit., 245-258.
- A. Guerra (2006), “Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 9/2, 271-297.
- A. Guerra, S. Reis et S. Teixeira (2015), “O Sul da Lusitânia romana: contributo para uma sociologia das religiões”, *Studia Historica. Historia Antigua* 33, 195-222.
- J. del Hoyo (2003), “El sacerdocio femenino, medio de integración de la mujer en las estructuras municipales de gobierno” in *Acta Antiqua Complutensia IV: Epigrafía y Sociedad en Hispania Romana durante el Alto Imperio: estructuras y relaciones sociales*, loc. cit., 129-140.
- S. Lambrino (1951), “Inscriptions latines du Musée Dr. Leite Vasconcelos”, *O Arqueólogo Português*, série 2, 1, 37-66.
- S. Lefebvre (2001), “Q. (Lucceius Albinus), flamen provinciae Lusitaniae? L’origine sociale des flamines provinciaux de Lusitanie” in M. Navarro et S. Demougin, eds. *Élites Hispaniques*, Bordeaux, Ausonius Publications, 217-239.
- V. G. Mantas (1982), “Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras”, *Conimbriga* 21, 5-99.
- \_\_\_\_\_(2005), “Os Magistrados Olisiponenses do Período Romano” in *Turres Veteras VII. História das Figuras do Poder*, Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras, 23-54.
- P. Mateos (2006), “El foro provincial de Augusta Emerita. Un conjunto monumental de culto imperial”, *AEspA* 43, 315-354.
- M. Navarro Caballero et J. L. Ramírez Sádaba, coord. (2003), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida-Udeos, Fundación de Estudios Romanos-Ausonios Éditions.
- S. E. Ostrow (1985), “Augustales along the bay of Naples: a case for their early growth”, *Historia* 34, 64-101.
- I. Piso (2008), “Le cursus honorum de S. Miguel de Odrinhas”, *Sylloge Epigraphica Barcionensis* 6, 155-168.
- S. Reis (2015), *Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense*. Dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- \_\_\_\_\_(2015), “Uma Análise da Epigrafia Votiva de Olisipo: contributo para um estudo das interações culturais no municipium”, *Al-Madan online*, série 2, 20/1, 34-40.
- J. Rodríguez Cortés et M. Salinas de Frías (2000), “Las Élites Femeninas en la provincia romana de Lusitania”, *Studia Histórica. História Antigua* 18, 243-255.
- J. F. Rodríguez Neila (1989), “Liberalidades públicas y vida municipal en la Hispania Romana”, *Veleia* 6, 135-169.

- J. F. Rodríguez Neila et E. Melchor Gil (2003), "Magistrados municipales y munificência cívica en las provincias de Bética y Lusitania", in *Epigrafía y sociedad en Hispania durante el Alto Imperio: estructuras y relaciones sociales*, loc.cit., 209-240.
- C. Santos (2011), "Mercurius e seu culto em território Olisiponense", *O Arqueólogo Português*, série 5, 1, 525-541.
- J. C. Saquete Chamizo (1997), *Las Elites Sociales de Augusta Emerita*, Mérida, Museo Nacional de Arte Romano-Asociación de Amigos del Museo-Fundación de Estudios Romanos.
- J. M. Serrano Delgado (1988), *Status y promoción social de los libertos en Hispania Romana*, Sevilla, Ediciones Universidad Sevilla.
- A. V. Silva (1944), *Epigrafia de Olisipo (subsídios para a história da Lisboa Romana)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- A. U. Stylow (2001), "Las estatuas honoríficas como medio de autorrepresentación de las élites locales de Hispania", in *Élites Hispaniques*, loc.cit., 141-155.
- M. B. Torri (2006), "Divinização de Augusto: o apolinismo", *Varia Historia* 22, 56-67.
- J. Vives (1971), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Universidad de Barcelona, Barcelona.